

APRESENTAÇÃO

Seis artigos e duas resenhas compõem esta edição de Política & Sociedade.

O primeiro dos textos é uma abordagem teórica: em *“Crimes e segredos na violência sexual contra as mulheres: o diálogo entre Durkheim e Simmel”*, Alba Jean Batista Viana e Eduardo Sérgio Soares Sousa mobilizam os conceitos de crime, na obra do sociólogo francês, e de segredo, na do alemão, para discutir a não publicização do ato violento, problema central para as mulheres. “Na situação de violência sexual, a humilhação e a vergonha sentida pelas mulheres sobrepõem-se ao sentimento de justiça e, daí, o segredo não deve ser interpretado como omissão ou inércia”, observam os autores. “O segredo, enquanto categoria sociológica, consiste em uma forma de manutenção dos laços sociais e estabelece-se como uma construção social baseada nas interações dos indivíduos que ampliam as possibilidades do mundo social, e cujos conteúdos não podem ser levados à publicidade.”

Os estudos empíricos começam com *“O movimento pelos direitos da criança e do adolescente e o controle social sobre a política socioeducativa: repertórios de interação socioestatal”*. No artigo, Maria do Carmo Alves de Albuquerque produz uma tipologia dos repertórios de interação entre Estado e sociedade, a partir de análise das ações estratégicas dos militantes desse movimento na cidade de São Paulo: “o confronto como abertura de negociações, a participação na elaboração da política através de GTs e também na execução da mesma, o trânsito de ativistas entre Estado e sociedade, que facilita as relações entre ambos, e a articulação entre controle social e estatal, que dá origem à noção de controle público”, como detalha a autora. “Analisar padrões de interdependência entre atores sociais e Estado é essencial para fugir da avaliação simplista de que a interação entre Estado e movimento leva à burocratização e cooptação, e analisar a complexidade da interação socioestatal em seus diferentes repertórios.”

O artigo seguinte examina consequências da expansão do ensino superior a distância no Brasil nas últimas décadas. Elcio Gustavo Benini, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Carla B. Zandavalli M. Araujo observam que as principais contradições do crescimento dessa modalidade de ensino são “expressas

principalmente no aumento vultoso das matrículas e na descontinuidade da relação educativa entre professor e aluno”. Para discutir o tema, os autores observaram a organização e a divisão do trabalho docente e os programas de política educacional. Em *“Educação a distância: configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente”*, os autores sustentam, com base em dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP) e em outros documentos, que o crescimento do EaD tem engendrado problemas como a intensificação e a divisão do trabalho docente, a alienação e a precarização.

Outra avaliação de políticas públicas se encontra no artigo de Carlos Nazareno Ferreira Borges e Marcelo de Souza Marques. Em *“Intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer: uma análise do Programa Campeões de Futuro”*, os autores analisam as perspectivas de intersetorialidade, descentralização e democracia na gestão, com foco na participação da sociedade civil. A partir de entrevistas com coordenadores do programa e da análise de documentos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Espírito Santo, os autores concluem que “existem informações que aproximam e distanciam o programa de uma política pública eficiente, eficaz e efetiva. [...] [E]ncontramos dados que nos permitem considerar o PCF como uma política acessível não somente às entidades que se interessem em realizar convênio, como também a toda uma população do Estado na faixa etária entre sete e 17 anos. No entanto, há evidências, baseadas, sobretudo, nessa última informação, que indicam a focalização do programa”.

Rachel Callai Bragatto, Rafael Cardoso Sampaio e Maria Alejandra Nicolás analisaram a primeira fase da consulta pública do Marco Civil da Internet, que convocou cidadãos e grupos organizados para discutir e elaborar um projeto de lei sobre o tema, que resultou na norma sancionada em 2014. Os autores de *“Inovadora e democrática. Mas e aí? Uma análise da primeira fase da consulta online sobre o Marco Civil da Internet”* realizaram entrevistas com os gestores da consulta e avaliaram o conteúdo de 686 mensagens enviadas ao fórum online que a hospedou. Os pesquisadores concluíram que “mais da metade das contribuições foi efetivamente contemplada no documento resultante da primeira fase. Considerando-se ainda que boa parte das sugestões que não foi contemplada tratava-se de posições contrárias a qualquer legislação, pode-se então, afirmar que a consulta teve um alto grau de *empowerment*”.

Apesar disso, a participação os cidadãos nessa fase foi pequena e concentrada em poucos usuários, prevalecendo o que os autores designaram como “uma visão libertária”.

No último dos artigos, André Simões reflete sobre o lugar das políticas sociais no neoliberalismo. Em *“A centralidade das políticas sociais no capitalismo: uma análise da Era Thatcher”*, o autor reflete sobre um paradoxo: em paralelo a medidas econômicas de corte neoliberal nos anos 1980, “o que se observou foi uma mudança no padrão de intervenção do Estado, principalmente nos primeiros anos do governo Thatcher, evidenciado, inclusive, no aumento dos gastos governamentais”, assim como nos gastos sociais, “cujo crescimento esteve relacionado ao aumento da vulnerabilidade social da população nesse mesmo período”. Na avaliação de Simões, “maior presença estatal é requerida em face do agravamento dos problemas sociais produzidos pelo processo de reestruturação econômica”.

Duas resenhas fecham esta edição: Antonio Alberto Brunetta analisa a tradução brasileira de *“Entre Amigos”*, do escritor israelense Amós Oz, e Éder Rodrigo Gimenes lê *“The Apartisan American”*, do cientista político norte-americano Russel Dalton.

* * *

Este número de Política & Sociedade encerra o mandato dos atuais editores, na função desde o primeiro número de 2012. Nesses dez números, adotamos uma série de iniciativas com o objetivo de fortalecer a posição da revista como uma das principais publicações acadêmicas da sociologia no Brasil. Gostaríamos de destacar a reforma gráfica, para favorecer a legibilidade da edição impressa, mas sobretudo da edição eletrônica; a ampliação da periodicidade de semestral para quadrimestral; a diversificação do volume de pareceristas; a reformulação do Conselho Editorial, hoje mais representativo das conexões internacionais do PPGSP; e a ampliação da divulgação da revista, sobretudo pela internet, tanto no Brasil quanto no Exterior. Entre os resultados, tivemos a alegria de constatar a ampliação do número de submissões (foram mais de 90 por ano, nos dois últimos exercícios), o crescimento no número de leitores

pela internet de 39,3 mil *unique visitors* em 2011 para 60 mil em 2014 e a elevação da classificação da revista no Qualis Capes para o patamar B1.

Mais autores, mais leitores: esses sinais de que *Política & Sociedade* segue relevante para a comunidade científica com quem dialoga refletem a contribuição de muita gente. Queremos agradecer o apoio dos antigos e atuais integrantes do Conselho Editorial, dos primeiros editores da revista, dos editores associados e dos colegas do colegiado do PPGSP. O exaustivo trabalho de edição de uma revista quadrimestral foi compartilhado com bolsistas muito competentes no período: Marcelo Finatelli, Gabriela Augusta da Silva, Ayrton Magalhães, Stefania Lorenzini, Diane Southier e Tsamiyah Levi. Otto Volkmann publicou a maior parte das edições online, com apoio dos técnicos do Portal de Periódicos da UFSC – sempre aprimorando a revista com sugestões valiosas. Os autores, cada vez mais numerosos, tiveram paciência com o ritmo às vezes lento de apreciação de originais, assim como os pareceristas compreenderam os reiterados pedidos de cumprimento dos prazos. (A relação dos 103 avaliadores convidados em 2014 está publicada ao final desta edição). A equipe técnica da gráfica Copiart, de Tubarão, em particular o atendimento de Viviane Godoy, assegurou a qualidade da revisão, da diagramação e da edição impressa. CNPq e Capes forneceram recursos fundamentais para o aprimoramento da publicação. Reiteramos nosso obrigado a todos.

Os futuros editores foram nomeados em fevereiro de 2015 pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política para mandato de três anos ou dez números, renovável. Aos colegas Márcia Mazon e Ernesto Seidl desejamos todo êxito, certos de que mobilizarão sua notável competência para consolidar a internacionalização da revista. Por sugestão dos novos editores, o colegiado do PPGSP decidiu que *Política & Sociedade* deixa de circular em versão impressa a partir deste número.

Ary Cesar Minella
Jacques Mick